

16 JAN 1996

CORREIO BRAZILIENSE

EDITOR: Olímpio de Melo
TELEFONE: (061)321-2123 / ramal 145
FAX: (061)321-3864

FHC

RUY FABIANO

PONTO DE VISTA

Auto-estima em alta

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem em alta conta seu próprio governo. Deixa isso claro, sem qualquer constrangimento ou falsa modéstia, nas diversas entrevistas que dá. Não chega a ser um defeito — em alguns momentos, pode ser apenas desinformação ou descuido.

Esta semana, por exemplo, o presidente falou a *Veja*. E procurou defender seu governo da acusação de conservadorismo com a frase-síntese: “Não dá para chamar de conservador um governo em que o povo está comendo melhor e os banqueiros estão com dificuldades”.

Posta assim, a equação parece simples e indiscutível — embora não seja. Aumentou, de fato, o poder de consumo nas faixas salariais mais baixas. A queda da inflação operou o milagre, o que não quer dizer que o nível salarial tornou-se subitamente satisfatório. Claro que não.

A economia brasileira conseguiu laçar a inflação, embora a um custo social altíssimo. Questiona-se se será possível continuar a pagá-lo. Ainda não foi possível desfazer um paradoxo em torno do salário mínimo: é pouco para quem o recebe e é muito para quem o paga. Afí está dita muita coisa.

O ex-ministro Mário Simonsen observa que, embora o Plano Real tenha restaurado a respeitabilidade da economia brasileira, tudo é ainda inconsistente. Depende do êxito desta segunda etapa das reformas, em que a pedra de toque é o ajuste fiscal. A partir dele, se-

rá possível desfazer o paradoxo do salário mínimo.

O caráter conservador que se atribui ao governo Fernando Henrique está não no seu discurso ou boas intenções, mas nas alianças políticas que dispõe para realizá-los (discursos e intenções). Não é por acaso que freqüentemente o grande adversário de seu governo são exatamente os seus aliados parlamentares.

Com relação às dificuldades dos banqueiros e a melhora salarial dos trabalhadores, faltou dizer que o mesmo governo que, segundo o presidente, dispõe de apenas R\$ 400 milhões mensais para gerir o país, gastou recentemente, para auxiliar os banqueiros a sair do sufoco, nada menos que R\$ 10 bilhões. Somente com o Banco Nacional, no espaço de um mês, foram R\$ 4 bilhões (o equivalente a mais de três projetos Sivam). E não há sinais de nenhum banqueiro infrator punido. A base política do presidente certamente não o assimilaria.

O presidente se queixa do aumento dado por seu antecessor, Itamar Franco, ao funcionalismo, que onerou a folha de pessoal em R\$ 2,5 bilhões — um quarto do custo do erário com os bancos quebrados, ano passado, detalhe que, no entanto, não é citado em momento algum como incômodo orçamentário.

Com relação à reforma ministerial, o presidente confirma sua determinação de não fazê-la. Acha que seu ministério reflete sua base política e que, se for atender a pressões do Congresso, terá que fazer reformas semanais.